



# Carta 20 anos de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

ANO 20 Nº 7  
Julho de 2011

## O fim de uma era e o começo do futuro

Vivíamos o ano de 1991. A Direção da FEE, recém-empossada, elegera como um de seus projetos prioritários a construção de um novo produto: a **Carta de Conjuntura FEE**. Seu objetivo era dar conta da análise dos aspectos mais marcantes das conjunturas econômicas nacional e regional. Na época, assim como hoje, advogávamos que, para o entendimento da realidade regional, seria imprescindível conhecerem-se as nuances e os movimentos da atividade econômica, em escala tanto nacional quanto mundial. A conjuntura analisada sob uma ótica autárquica é incapaz de compreender a dinâmica de qualquer espaço regional. E essa incapacidade se manifesta a despeito de quão rica em façanhas seja a respectiva formação econômica e social. A natureza da análise conjuntural deve extrapolar os limites físicos da realidade regional e explorá-los criticamente. Assim, a Carta já nasceu com o compromisso de interpretar, mês a mês, os caminhos e os descaminhos da política econômica, nos âmbitos nacional, internacional e regional.

Passados 20 anos, olhamos, com certo orgulho, a forma como se construiu essa trajetória. Ela é, simultaneamente, abstração e realidade, interpretação e ação coletiva, perda de rumo e busca de novos caminhos. É dessa interação que se permite materializar o pensamento que nos induz a compreender a construção de nosso próprio país e os rumos que repercutem sobre a economia gaúcha. A FEE cumpriu dignamente sua função. Senão, vejamos.

Em 1991, o País enfrentava um dos piores momentos em sua trajetória histórica, mas, ao mesmo tempo, prenunciava que se abririam, dentro da dicotomia da destruição-criadora, fronteiras inexploradas, que o futuro, incerto, impedia, à época, que se pudesse vislumbrá-las. Mas, por outro lado, já se esboçavam sinais de mudanças. Aliás, a agenda de pesquisa sobre a mudança econômica nunca esteve tão na ordem do dia como no início dos anos 90. Entendemos como mudanças todo o espectro de transformações estruturais que afetam o padrão organizacional das firmas, o desenho do Estado, o padrão de competitividade, a abertura às inovações tecnológicas, o padrão de conduta coletiva, enfim, todo o elenco de transformações institucionais gestadas por dentro da atividade econômica.

No âmbito da aparência, o País apresentava uma inflação descontrolada e explosiva, a dívida pública era astronômica, a ciranda financeira girava freneticamente, inflando os ganhos especulativos e penalizando o regime assalariado. E, do ponto de vista externo, predominava uma precária inserção internacional, oriunda do péssimo padrão de competitividade, devido ao câmbio baixo, que, sistemática e estruturalmente, deteriorava nossa relação com o resto do mundo. Tais evidências prenunciavam um futuro nada promissor.

No âmbito estrutural, o que se assistia era ao esfacelamento de uma era, que, face à incompreensão de “o que fazer”, impedia que grande parte da população se apercebesse que haviam ruído as estruturas institucionais que sustentaram a industrialização substitutiva de importações. Tal *débâcle* deu-se a partir de meados dos anos 70, quando o esgotamento endógeno do “milagre econômico” já dava sinais de uma necessária e urgente superação.

Nesse ambiente incerto e turbulento, foram sendo paulatinamente resgatados os elementos estruturais que apostaram em um novo desenho da economia brasileira, que foi transformando-se irreversivelmente. Com a abertura externa do Governo Collor — que expôs o País a uma brutal concorrência externa, a qual éramos incapazes de enfrentar —, seguiram-se os fracassos dos choques heterodoxos Collor I e II. Enfrentamos, posteriormente, o retorno à ortodoxia na gestão Marcílio Marques Moreira, o *impeachment* de Collor, o desenho do Plano Real e a consolidação da estabilização. A partir daí, vivemos um período de criação de novas práticas econômicas, as quais, mesmo passando por drásticas reformulações, não perderam o rumo, permitindo-nos ingressar na denominada trajetória de crescimento de longo prazo. Nos dois mandatos do Presidente Lula, aprofundou-se uma opção pela geração de renda aos estratos mais pobres da população, sem se abrir mão do frágil equilíbrio entre a transgressão distributiva e a consolidação da estabilidade de preços. O País saiu-se bem desse desafio. Há muito a fazer, mas os avanços obtidos foram gigantescos, face ao quadro de penumbras que se vislumbrava nos primeiros números da Carta. O futuro, visto a partir de hoje, parece ser bem mais promissor do que o que se enxergava há 20 anos.

A perseguição da utopia que os economistas da FEE exercitaram ao longo das 240 edições da Carta parece ter coincido com a construção de um novo País, que — apesar das grandes dificuldades sociais, desigualdades e injustiças que ainda insistem em persistir —, aos poucos, vai cedendo espaço à reconstrução de novas utopias, socialmente mais ambiciosas. Apostamos em um Brasil mais promissor. Se depender de nossa população, parece estarmos no caminho certo, pois as escolhas políticas, materializadas pelo voto, revelaram uma trajetória de avanços econômicos e sociais. Os 20 anos da Carta merecem ser comemorados. Ainda mais porque nossa colega de Direção, que implementou esse projeto, tem hoje a responsabilidade de gerir e alimentar a utopia não só dos nossos leitores, mas de toda a população brasileira.

**Octavio A. C. Conceição**  
Economista, ex-Diretor Técnico da FEE

## A crise financeira e a grande depressão

A economia avança para uma crise maior, uma grande depressão, por causa do entrelaçamento das crises produtiva, financeira, social e do Estado. Há uma solidariedade dramática entre essas situações, desde o encaminhamento da solução da queda da Bolsa em 2001 e do colapso de toda a economia em 2007/2008, que levaram as sociedades norte-americana e mundial para o impasse dos dias que correm. A razão dessa tendência ampara-se em duas características da dinâmica econômica, centrada nos Estados Unidos. A primeira: o desenvolvimento do modelo financeiro de acumulação. Nele, temos as finanças definindo toda a estrutura da economia, inclusive subordinando a produção aos seus desígnios. E como raiz voluptuosa, as finanças também dominaram o sistema político e, por consequência, o aparelho governamental e o Legislativo. Por essa razão, surge a segunda característica: a abdicação do Estado do seu poder de comandar a sociedade e o capital. Resultado: um processo de desregulamentação das finanças, amparado no princípio devastador de autorregulação do sistema financeiro. E como o Estado estava praticamente de férias no momento da crise de 2007/2008, ele ficou imobilizado para introduzir no pacote de salvação dos bancos a retomada do gasto público na esfera da produção, o que daria uma ajeitada no imediato e colocaria o barco econômico na direção de um novo padrão de acumulação.

A crise de hoje também é um momento de passagem, de transição. Um grande problema é, sem dúvida, o enlace que têm os norte-americanos com a Europa, cuja economia alimenta o mesmo modelo financeiro e o mesmo processo de desregulamentação. O efeito culminou num envolvimento agressivo e intenso de Estados e bancos, com algumas nações já sucumbindo e soçobrando, como Grécia, Portugal, Irlanda, Islândia. Estão na borda do abismo: Espanha e Itália; e um pouco mais afastados: Inglaterra e França. Distantes do precipício, só Alemanha e a emergente Rússia. Se os Estados não forem salvos pelos bombeiros de sempre, FMI, Comunidade Europeia e Banco Central Europeu — e há possibilidades de fracasso —, os bancos ingleses e alemães e franceses cairão, e os Estados serão arrastados para a depressão, inclusive com um “apagão” nos EUA.

Vê-se que o nervo fremente da economia é, sem dúvida, o Estado norte-americano e os europeus. De um lado, temos certamente a impotência de uma posição keynesiana de recuperar a economia por meio de gastos na produção e em novos setores dinâmicos, como a nova tecnologia de comunicação e informação. De outro, essa inaptidão está vinculada ao domínio político do Estado, já que o capital financeiro, hegemonzando o poder público, impede, igualmente, uma política econômica centrada numa concepção de longo prazo, ou seja, na mutação da estrutura produtiva, com mudança da posição das finanças privadas e públicas.

Olhando agora pelo avesso dos Estados Unidos e seu modelo de acumulação financeira, o analista percebe que ele

só pôde se espichar e florescer perfeitamente, só e somente só, com entrada da China. Ela, então, foi o receptáculo de um processo de deslocalização de empresas multinacionais, que encontraram no País as condições de fornecimento de produtos de exportação, para atender à necessidade da baixa do custo de reprodução da mão de obra norte-americana. Com isso, a China cresceu, botou o Estado como protagonista e subiu a sua produção e criou um modelo de desenvolvimento produtivo fantástico. E, para que o modelo financeiro norte-americano-europeu progredisse, houve uma função ampla da China, que, além de ofertar bens de consumo para a família norte-americana, viabilizou, graças aos saldos do comércio exterior, a manutenção dos déficits do US Treasury, comprando os títulos mais seguros do planeta.

Esse modelo parecia ser o melhor dos mundos, o da alegria do carrossel financeiro. Baseava-se no dólar forte, gestado em 1979, e que vigora até hoje e que, no momento, está em crise. Foi nesse período que surgiu a “moeda financeira”, após o abandono, em 1971, do dólar-ouro. No curso da alteração, inventou-se uma moeda com o suporte no Estado norte-americano. Um dos seus órgãos, o FED, Banco Central independente, emitia o dinheiro e fixava a taxa básica de juros da economia. E o Tesouro, instituição do Executivo, assegurava a realidade da função de reserva de valor dessa moeda, através da valorização dos seus títulos públicos. Com isso, o dólar, dado o poder global dos Estados Unidos (econômico, político, militar e cultural), ultrapassou o âmbito da nação e tornou-se moeda mundial. Pois é aí que se compreende a extensão da crise, quando a China propugna a criação de uma nova moeda, denunciando o dólar, mas não dando a sua moeda como alternativa, já que o yuan, moeda administrada, não tem capacidade de se autonomizar.

A crise desses 30 anos, onde se deu a produção dos 20 anos da **Carta de Conjuntura FEE**, é aguda porque o modelo financeiro ficou suspenso no ar. E o conjunto de países emergentes, liderados pela China, não conseguiu, por si só, reaver a plena chama da geoeconomia e da geopolítica. Para tirar o mundo do atoleiro, não basta recuperar a produção e as finanças correntes, tem-se que canalizar as forças sociais para um novo padrão produtivo, com novas indústrias e novos produtos e novas finanças. Isso vai requerer novos Estados, nova política econômica e nova moeda, muito planejamento e muito investimento e um desenvolvimento econômico apoiado na geopolítica da bipolaridade EUA-China, com a presença da multipolaridade cortejante do Brasil, da Índia, da Rússia, da África do Sul, da Coreia, etc. O velho decompõe-se visivelmente com resistências, contudo o novo mal apontou no horizonte o seu rosto de futuro.

**Enéas de Souza**  
Economista, ex-Técnico da FEE



Tenha acesso a esta e a outras  
publicações em  
nossa Home Page  
[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)

**Carta  
de  
Conjuntura FEE**

## Desenvolvimento e equidade na América Latina

As duas décadas que encerram o jubileu da **Carta de Conjuntura FEE** testemunharam profundas mudanças na sociedade latino-americana. Os anos 90 assistiram à implantação do modelo neoliberal, adotado como via possível de superação da crise da década de 80. Se a inflação elevada foi vencida pela dureza da política monetária, o baixo crescimento, o desequilíbrio do balanço de pagamentos e o endividamento excessivo permaneceram. Na sequência, entre 1999 e 2002, mais uma crise abalou o continente.

Na primeira década do novo milênio, uma onda esquerdista espalhou-se pela América Latina, numa espécie de reprise dos anos 60. Diferentemente, desta vez, a vigência do Estado de Direito permitiu uma série de reformas populares de conteúdo análogo àquelas impedidas pelas ditaduras militares dos anos 70. Superada a crise, o crescimento veio, combinado com a equidade. No plano econômico, o desenvolvimento foi impulsionado pelo mercado interno de produtos industriais, de infraestrutura e de serviços de comunicação e informação, de um lado, e pelo mercado mundial aquecido para as exportações de bens primários, geralmente conhecidos como *commodities*, de outro. Ao final da primeira década do novo século, algumas transformações eram visíveis na maior parte dos países latino-americanos.

O crescimento mudou de patamar: de uma taxa média anual calculada pela CEPAL de 0,84% da renda *per capita* entre 1990 e 2002, houve uma elevação para 2,63% entre 2003 e 2009. Nos anos 90, indústria manufatureira, construção, comércio e administração pública cresceram abaixo da média, enquanto as tradicionais agropecuária e extrativa mineral estiveram acima. No período posterior, construção, comércio, transporte e comunicação e intermediação financeira tiveram taxas maiores, enquanto as tradicionais agropecuária e mineração estiveram abaixo, juntamente à indústria de transformação e à administração pública.

Nas relações econômicas com o exterior, houve um processo de internacionalização, visível no maior peso das exportações e, mormente, das importações no PIB. As exportações eram 12,2 em 1990, atingiram 20,4 em 2002 e 20,2 em 2009 como percentual do PIB. O mesmo indicador para as importações mostra um movimento ainda mais intenso, partindo de 7,7 e indo para 16,1 e 23,5 como percentual do PIB nos mesmos anos. Por seu lado, a dívida externa experimentou uma grande redução. O que fora uma espada de Dâmoques a assombrar a América Latina teve seu poder de impor opções de política econômica reduzido por um processo que começou de forma traumática, com a quebra de alguns países, como a Argentina, e foi consolidar-se com a excepcional acumulação de reservas que o comércio exterior propiciou. A dívida correspondia a 37,4% do PIB em 1990, atingiu 39,9% em 2002 e se reduziu para 20,4% em 2009. A melhor notícia, entretanto, veio do mercado de trabalho, onde o desemprego, que estava em 7,5% da População Economicamente Ativa em 1991, cresceu ao longo do período neoliberal, alcançando 11,0% em 1999 e 11,1% em 2002. Nos anos seguintes, a taxa foi reduzindo-se gradualmente, atingindo o nível de 7,3% em 2007, vindo a crescer por efeito da crise financeira internacional de 2007-09, chegando a 8,2% em 2009, mas experimentando reversão para 7,6% em 2010.

À expansão econômica e ao aquecimento do mercado de trabalho, somaram-se as transformações políticas que têm causado desassossego entre os conservadores de todas as

Américas. Forças políticas e sociais historicamente sempre ausentes dos centros de poder no continente venceram eleições e passaram a governar e a introduzir na agenda política o até então interdito tema da equidade e o propósito de resgatar os direitos políticos e econômicos às classes sociais marginalizadas, a começar pela Venezuela bolivariana, e indo adiante na Argentina dos Kirchner e no Brasil do PT, para, na sequência, ocorrer também na Bolívia da ascensão dos povos originários, no Uruguai da Frente Ampla, no Equador de Correa, no Paraguai dos camponeses guaranis e, neste ano, no Peru de Umalla, sem esquecer o Chile da Concertación, ou os ecos dessa onda na América Central e no Caribe.

A redução da pobreza foi a maior conquista desse movimento. O percentual de pobres na população, já declinante nos anos de 1990 a 1999, quando caiu de 48,3 para 43,9, cresceu um pouco com a crise, atingindo 44,0 em 2002, mas caiu acentuadamente a seguir, chegando ao ano de 2009 em 33,1. Para a extrema pobreza ou indigência, esses percentuais foram de 22,4 para 18,7, para 19,4 e para 13,3 respectivamente. Também os índices de desigualdade, historicamente recordistas na América Latina, experimentaram um declínio importante. A diferença é que, nesse quesito, os resultados divergem entre os países. Analisando-se a evolução da medida clássica dessa realidade, o Coeficiente de Gini, é possível ver uma evolução divergente no período entre 1999 e 2009. Embora haja alguma discrepância de datas e inexistência de dados para todas as nações, as estatísticas compiladas pela CEPAL permitem identificar dois grupos. De um lado, estão Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, El Salvador, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, os países onde a desigualdade se reduziu. De outro lado, na Colômbia, na Costa Rica, na Guatemala, em Honduras, no México e na República Dominicana, a desigualdade cresceu. Não foi a intensidade do crescimento a responsável por essa diferença, pois há, nos dois grupos, países que cresceram pouco, como Brasil e México, e muito, como Argentina e Colômbia. A desigualdade foi reduzida nos países cujos governos puseram em ação políticas sociais voltadas aos interesses das classes populares, com vistas a realizar transferência de renda e elevação de salários.

Hegel dizia que a história se repete, e Marx acrescentou: como farsa ou tragédia. A atual onda de governos populares na América Latina não deixa de ser uma repetição da história, na medida em que está promovendo objetivos sonhados pelos chamados populistas nas décadas de 60 e 70. Reforma agrária, reforma urbana ou reforma tributária foram propostas por João Goulart, Salvador Allende e Juan Perón em seu tempo, com objetivo de democratizar a propriedade e a repartição da renda. Naquela época, tais tentativas foram abortadas pela sucessão de golpes militares, que inauguraram a longa noite das ditaduras. Esse movimento conservador foi o porta-voz do veto distributivo das classes dominantes, que, para efetivá-lo, não tiveram pudor de suprimir as liberdades e de atentar contra as instituições republicanas. O esperançoso nos tempos atuais é que a tragédia esteve na origem e não na repetição da história. *De te fabula narratur!*

**Luiz A. E. Faria**  
Economista, Técnico da FEE

## O mercado do petróleo e os preços do barril nas duas últimas décadas

As reservas mundiais comprovadas de petróleo, que eram de 1.006,4 bilhões de barris em 1989, avançaram para 1.333,1 bilhões de barris em 2009, conforme **BP Statistical Review of World Energy June 2010**. Nessa oportunidade, o Oriente Médio detinha 56,6% das reservas globais, seguido pelo bloco das Américas do Sul e Central, com 14,9%. O Brasil detinha 1,0% das reservas mundiais em 2009.

A produção mundial de petróleo cresceu de 72,325 milhões de barris diários em 1999 para 79,948 milhões de barris diários em 2009. O Oriente Médio era responsável por 30,3% do total no final da década, seguido por Europa e Eurásia, com 22,4% do total, e América do Norte, com 16,5% do total. As Américas do Sul e Central produzem 8,9% do total, onde está incluído o Brasil, com a produção de 2,6% do total em 2009.

Durante esse período — em que as reservas cresceram em 326 bilhões de barris, e a produção mundial avançou em 7,623 milhões de barris diários —, a cotação do Brent, ou seja, o preço do barril do petróleo do Mar do Norte, apresentou um comportamento que pode ser dividido em quatro períodos: **estabilidade, ascensão, queda e recuperação**.

A primeira fase, a **estabilidade** (1989-2003), ocorreu durante um longo período em que os preços estiveram estabilizados. Fatos determinantes do surgimento de uma nova ordem econômica internacional ocorreram ao longo dos anos 90. Em 09.11.1989, dia da queda do muro de Berlim, a cotação do Brent, segundo a **U.S. Energy Information Administration**, encontrava-se no patamar de US\$ 18,85. A economia internacional convivia com a fase da transição, que resultou no fim da União Soviética e na criação da Comunidade de Estados Independentes (CEI) em 21.12.1991, oportunidade em que o preço do Brent mantinha-se em US\$ 18,55. Em 20.12.1994, quando eclodiu a crise do México, que afetou o peso asteca, a cotação do petróleo do Mar do Norte alcançava US\$ 15,73, avançando até US\$ 18,18 em 02.07.1997, na crise da Tailândia, que derrubou o baht. A crise seguiu em efeito dominó sobre as moedas da Coreia, da Rússia, do Brasil, da Argentina, do Uruguai e sobre a lira da Turquia em 2001, ano em que o Brent fechou em US\$ 19,35. À época, a crise das empresas da *internet*, da Nova Economia nos Estados Unidos, já havia provocado a recessão norte-americana. George W. Bush e o Grand Old Party (GOP) haviam chegado ao poder e puseram em prática políticas conservadoras. As oscilações do PIB em taxas anualizadas, a cada trimestre, levavam ora os democratas a diagnosticarem a possibilidade de uma nova recessão, ora os republicanos a pregarem a retomada do crescimento. Em 23.02.2002, o preço do Brent situava-se em US\$ 19,95.

A segunda fase, a **ascensão** (2004-07), aconteceu com o fim da crise da Nova Economia, a aliança sino-americana passou a liderar o desempenho global. Em 31.12.2003, a cotação do Brent situava-se em US\$ 30,30. A partir daí, o mundo passou a conviver com um período (2004-07) de intenso crescimento, em que o PIB global avançou, em média, a taxas de 5,0% ao ano. O preço do barril de petróleo registrou um incremento extraordinário e, em 31.12.2007, estava cotado em US\$ 93,68.

A demanda crescente por petróleo, aliada à oferta dada do ouro negro, elevou as cotações sob grande pressão especulativa. Em 3 de julho de 2008, o barril atingiu a cotação de US\$ 143,95. Os analistas econômicos projetavam que o preço chegaria a US\$ 200,00, no fim do exercício.

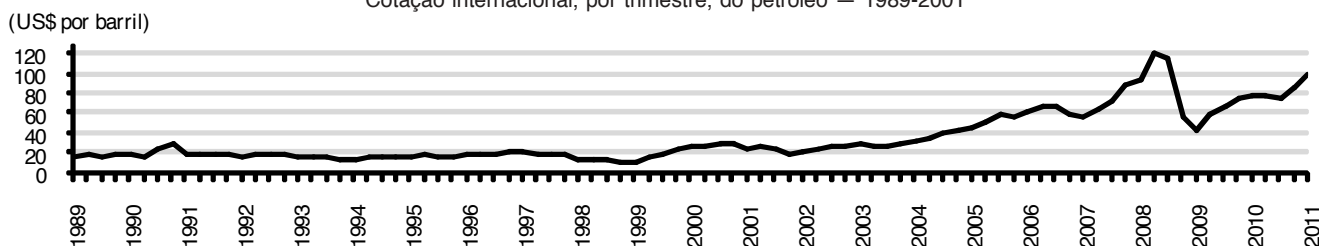
A terceira fase, a **queda** (2008-09), ocorreu a partir do momento em que a crise das *subprimes* contagiou a economia global e causou a recessão mundial de 2009. Houve uma diminuição abrupta dos preços do Brent, que recuaram a US\$ 42,19 em 12.03.2009.

Uma quarta fase, a **recuperação** (2010-11), pode ser identificada a partir do momento em que foi diagnosticado o fim da recessão dos Estados Unidos em julho de 2009. Os preços das *commodities* voltaram a subir, e o petróleo chegou a estar cotado em US\$ 126,59, em 28.04.2011.

No final de junho de 2011, as projeções sinalizavam uma oferta global de 89,4 milhões de barris diários, dos quais a OPEP era responsável por 35,7 milhões de barris da origem, e os demais produtores, pelo complemento de 53,6 milhões de barris diários. A demanda global igualava-se à oferta, em 89,4 milhões de barris, dos quais as economias avançadas eram o destino de 45,6 milhões de barris, e as economias emergentes, pelo complemento de 43,8 milhões de barris diários. O total equilíbrio entre demanda e oferta explicava a razão de a Agência Internacional de Energia ter coordenado uma oferta adicional de petróleo a partir de utilização de reservas de diversos Países-membros.

O preço do barril de petróleo, em 29.06.2011, estava cotado em US\$ 111,95. A crise do endividamento na Europa, o desemprego nos Estados Unidos, a recessão no Japão e o recrudescimento da inflação na China, na Índia e no Brasil mantêm a recuperação da economia global em *stand-by*, reduzindo, dessa forma, a pressão sobre o preço do barril do Brent no mercado do petróleo. Nesse contexto, entende-se o significado do pré-sal para a economia brasileira e a sua importância para atender à demanda externa em um mercado sem muitas margens.

Cotação internacional, por trimestre, do petróleo — 1989-2001



FONTE: FMI. IFS.

Antonio Carlos C. Fraquelli  
Economista, ex-Presidente da FEE

## Compromisso com o futuro: o Brasil e o destino de seus recursos naturais

A estrutura atual da pauta de exportações dos países latino-americanos demonstra que persiste sua clássica inserção na economia mundial como fornecedores de alimentos e de matérias-primas. Essa é uma dependência que, inclusive, se aprofundou nos tempos mais recentes, sendo a situação brasileira inequivocamente ilustrativa nesse aspecto. De fato, entre 2002 e 2009, a participação dos manufaturados no total das mercadorias exportadas pelo País teve uma queda de 14 pontos percentuais. Isso revela um verdadeiro processo de desconstrução, porquanto materializa a reversão do processo diversificador da pauta de exportações por longo tempo em andamento e o retorno ao padrão antigo de vinculação à economia global.

No conjunto do BRICs e levando em conta o peso das exportações de manufaturados, a posição do Brasil só é melhor do que a da Federação Russa. Seus destaques, por outro lado, ficam por conta das áreas de alimentos e de ferro e aço, em que ocupa o terceiro lugar no comércio internacional. Isso contrasta singularmente com a situação da China. Esta última não só lidera as exportações mundiais em setores tradicionais — ocupando o primeiro e o segundo lugares nas vendas mundiais de roupas e de têxteis respectivamente —, como passou à frente também em alguns setores de tecnologia avançada: primeiro lugar em equipamentos para escritório e telecomunicações e em máquinas de processamento eletrônico de dados e quinto lugar em circuitos integrados e em microconjuntos eletrônicos.

Há um aspecto nesse processo que merece especial referência, tendo-se em conta que a percepção de sua gravidade deveria levar, forçosamente, à tomada de medidas disciplinadoras por parte de países com perfil exportador similar ao do Brasil. Diz respeito ao problema da “exportação virtual” de água, “escondida” nos fluxos de alimentos e de *commodities* em geral. Um relatório da UNESCO, de 2009, estima, com efeito, que essa transferência hídrica possa representar 40% do volume total de água despendida anualmente para viabilizar o conjunto da produção desse tipo de mercadorias em termos globais.

Essa é uma questão crucial, cujo enfrentamento não poderá ser evitado por muito tempo pelos países mais atingidos. Basta dizer-se que os organismos internacionais que dela se ocupam sinalizam que a pressão já hoje existente sobre os recursos hídricos mundiais deverá crescer fortemente no

futuro próximo. As condições de garantia do suprimento de água configuram, na verdade, um dos desafios maiores deste século e têm causas diversas, podendo-se citar dentre outras: aumento da população; crescimento da renda; mudança dos hábitos alimentares; efeitos dos processos migratórios campo-cidade; elevação da qualidade de vida em geral de contingentes populacionais até então desfavorecidos; sem se falar da crescente preocupação dos países avançados com questões relativas ao manejo da água. Concretamente, já é possível mapear inúmeras áreas de conflito disseminadas pelo globo, cuja gênese está associada a problemas de escassez de água.

Ora, o Brasil é um tradicional exportador global de *commodities*, e não há razões para esperar qualquer declínio da demanda por esse tipo de mercadoria no curto e no médio prazo, sendo, aliás, o contrário que deverá predominar. O fato de possuir o segundo maior estoque mundial de terras potencialmente aptas para fins agriculturáveis assegura-lhe, por outro lado, condições excepcionais para seguir funcionando como celeiro preferencial do mundo. Nessas condições, a problemática da maciça transferência de água para os países importadores coloca-se, com certeza, como um aspecto fundamental das condições de sustentabilidade de seu modelo de desenvolvimento e, nesse sentido, é merecedora de urgente consideração, senão de revisão.

Finalmente, deve-se destacar que as condições excepcionais do mercado internacional de *commodities* na década passada, que implicaram a reestruturação da pauta de exportações brasileiras da qual se falava antes, levaram a um aumento acelerado da procura por terras agrícolas em âmbito mundial, envolvendo o Brasil no processo. Com efeito, o País tem sido alvo de aquisições importantes do recurso por empresas, grupos financeiros, fundos de pensão e governos estrangeiros, para cultivo de grãos, produção de celulose e madeira e cana-de-açúcar para biocombustível; ou, simplesmente, para especular com um recurso que se torna cada vez mais escasso em âmbito mundial. Estão sendo alvo dos agentes internacionais, da mesma forma, as mineradoras e as concessões para a exploração de petróleo no Brasil (Poderia o processo ser associado a um “soft-imperialismo?”). Esse tema diz respeito à soberania da Nação e, assim, concerne ao Estado e à sociedade brasileiros.

Participação relativa de grandes grupos de produtos na pauta de exportações de países selecionados e do mundo — 2009

GRUPOS DE PRODUTOS	BRASIL	ARGENTINA	URUGUAI	PERU	CHILE	RÚSSIA	ÍNDIA	CHINA	COREIA	MUNDO
Agrícolas .....	37,7	50,6	73,5	18,1	27,1	6,9	10,2	3,4	2,0	9,0
Minérios e combustíveis .....	21,3	14,0	1,6	44,1	56,7	69,0	20,6	2,9	8,4	14,0
Manufaturados .....	38,0	31,9	23,8	12,2	11,4	21,1	66,0	93,6	88,7	75,0

FONTE: WTO. Statistic Database.

## Desigualdades regionais no RS: breve leitura das últimas duas décadas

Uma análise do quadro de desigualdades regionais no RS, nos últimos 20 ou 30 anos, deve, obrigatoriamente, considerar os efeitos da reestruturação produtiva internacional sobre as relações sociais, a produção e a distribuição territorial do desenvolvimento. Trata-se de um período no qual as transformações da economia mundial se internalizaram efetivamente na economia brasileira e, por extensão, nas economias regionais. Inegavelmente, foi um tempo de hegemonia do receituário neoliberal na política econômica, com medidas que determinaram a redução do tamanho do Estado, portanto, das possibilidades de intervenção do mesmo no meio econômico, a transferência de grandes blocos de capital industrial para os países da “periferia” mundial (automotivo, eletrônica, química), a desnacionalização de importantes segmentos da agropecuária (agronegócios) e da indústria (extrativa e de transformação) nacional, além de alguns segmentos do setor de serviços. Esse movimento aumentou a concentração econômica e financeira na maioria das atividades da economia. Do ponto de vista territorial, o efeito foi no sentido de consolidar o processo de reconcentração espacial depois de um período em que alguns analistas constataavam uma possível reversão da polarização no País. Queremos discutir aqui o que ocorreu no RS, um Estado que apresenta diversas formações regionais, cujas *performances* têm indicado, ao longo do tempo, espaços com prosperidade e espaços em declínio e até mesmo com estagnação econômica.

Ninguém imagina que o crescimento possa ocorrer uniformemente ao longo do território, pois os espaços econômicos são diferenciados, devido às assimetrias próprias da organização capitalista de produção. O fenômeno passa a ser um problema quando esses diferenciais são elevados, assumindo um caráter “endêmico”, na senda de uma ampliação temporal do hiato de renda e emprego. É isso o que vem ocorrendo na economia do Rio Grande do Sul: um aprofundamento das desigualdades regionais. Diversos indicadores mostram essa tendência, sendo o mais recente as taxas de crescimento demográfico revelados pelo Censo de 2010 (IBGE), dando conta de que, em 51% das cidades gaúchas, houve perda absoluta de população, devido ao saldo migratório interno.

Diante desse cenário, cabe perguntarmos: o que pode ser feito para reduzir, relativamente, os diferenciais de renda e emprego entre as regiões do Estado? Ou, o que já foi feito nesse sentido? Na verdade, temos assistido a uma crescente conscientização com as questões relativas às desigualdades, algum esforço para atacar o problema, mas ainda muito distante do foco que o problema merece. Nos anos 90, foram criados e implementados os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), alguns dos quais se têm apresentado muito ati-

vos, outros nem tanto. No Executivo, foram criados organismos em vários níveis e secretarias, sem nunca se ter consolidado como seria necessário. Além disso, há outros organismos que também tratam do desenvolvimento regional, como é o caso da Fundação Metropolitana de Planejamento (Metroplan). Portanto, o Executivo Estadual, nas últimas duas décadas, tem-se mostrado ambíguo e, às vezes, contraditório sobre a problemática das desigualdades regionais.

Um exemplo dessa ambiguidade é a postura de alguns governantes e suas assessorias econômicas a respeito. Por ocasião do ciclo de investimentos ocorrido na segunda metade dos anos 90, o Executivo não tinha nenhuma diretriz de política territorial, enquanto grandes blocos de capital aportavam no Estado, mais os movimentos de expansão e realocação de plantas de firmas que já operavam no Rio Grande do Sul. A grande maioria desses empreendimentos acabou por se localizar no “coração” da RMPA. Esse movimento reforçou a tendência à concentração de atividades no aglomerado metropolitano e, certamente, contribuiu para aprofundar as disparidades regionais. Na época, para “dourar a pílula”, o Governador e sua assessoria argumentavam que o projeto da Ford, que seria construído em Guaíba, representaria uma contribuição ao desenvolvimento da Metade Sul, dado que esse município, em determinada divisão regional, fazia parte daquela região, um verdadeiro absurdo.

Presentemente, o Executivo busca dotar-se de instrumentos mais eficazes para tratar do desenvolvimento regional, tendo criado uma secretaria específica para essa área e juntando a esse organismo a instituição financeira (Caixa RS), que opera com financiamentos de longo prazo, essencial para esse tipo de atividade governamental, além da criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Isso é um avanço importante, mas não é tudo o que se precisa para tratar da questão.

É necessário, também, um esforço articulado entre o setor público (Estado coordenando, Municípios e União subsidiariamente) e a sociedade civil organizada, tendo como objetivo prioritário a (re)dinamização das regiões empobrecidas. O que deve presidir essa articulação é a promoção da coesão social, a reanimação do potencial endógeno regional, a recuperação da rede urbana e a radical elevação do padrão educacional local, incluindo a meta de eliminação da chaga do analfabetismo. Essas são as condições básicas para construir, no médio e no longo prazo, uma consistente trajetória de convergência da renda e emprego regionais no Rio Grande do Sul.

**José Antônio Alonso**  
Economista, ex-Presidente da FEE



# 20 anos

**Carta  
de  
Conjuntura FEE**

## Indústria gaúcha: duas ou três coisas que (acho que) sei dela

Historicamente, o Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul tem ocupado a quarta posição no *ranking* dos estados brasileiros. Ainda assim, tem sido recorrente o debate sobre a suposta “crise da economia gaúcha”. A recente revisão das contas regionais trouxe maior intensidade a essa discussão, principalmente no que se refere à participação da indústria estadual no parque industrial brasileiro. Com efeito, a nova série de dados evidenciou que: (a) a participação da indústria de transformação gaúcha na nacional era menor do que se supunha; (b) a partir de 2005, transparece, de maneira nítida, uma tendência declinante nessa participação.

Como já referido, esse não é um debate novo no cenário rio-grandense. Um marco característico do mesmo pode ser encontrado na segunda metade dos anos 50, quando o País experimentava um ambiente de grande euforia com o Governo JK e sua proposta de “50 anos em cinco”. Embalado pela construção de Brasília e pela implantação da indústria automobilística, o clima de otimismo estendia-se também para as artes, através da afirmação do Cinema Novo e da chamada Bossa Nova. Ao mesmo tempo, o Brasil ganhava, com enorme repercussão, o seu primeiro título de campeão mundial de futebol, levando a que Nelson Rodrigues decretasse que, finalmente, o brasileiro tinha abandonado o seu “complexo de vira-lata”.

Na contramão, o Rio Grande do Sul experimentava um sentimento de profunda desconfiança com seu futuro. São ilustrativos, nesse sentido, os títulos de algumas análises referenciais desse período: **A Crise Econômica do Rio Grande do Sul**, de Paulo Schilling; **Rio Grande do Sul: Um Novo Nordeste**, de Franklin de Oliveira; e **Análise do Insuficiente Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul**, estudo realizado por demanda da Assembleia Legislativa. A explicação de tanto pessimismo residia na percepção de que a economia do Rio Grande do Sul vivenciava uma crise que ultrapassava, em muito, meras dificuldades conjunturais. O diagnóstico realizado pela **Análise do Insuficiente Desenvolvimento** apontava como razão de fundo dessa crise o fato de a indústria gaúcha não ter capitalizado os estímulos do processo substitutivo de importações, que se traduziram, diretamente, em altas taxas de crescimento nas indústrias dinâmicas e, indiretamente, no aumento da demanda por produtos de consumo, originada pela ampliação do emprego e da renda. Em 1978, o trabalho da FEE, conhecido como **25 Anos de Economia Gaúcha**, discordou radicalmente dessa avaliação e procurou demonstrar que as dificuldades da indústria do Rio Grande do Sul decorriam da sua inadequação ao novo perfil da demanda que se configurava no País. Em última análise, o argumento baseava-se na constatação de que a indústria gaúcha, baseada na produção de bens de salário, ficava à margem do núcleo dinâmico da acumulação de capital nacional, alicerçado na produção de bens duráveis e bens de capital. De certo modo, a percepção de que os problemas enfrentados pela indústria estadual estão relacionados com a sua configuração estrutural é uma questão que passou a alimentar grande parte dos debates sobre o futuro industrial do Rio Grande do Sul.

Não cabe aqui avaliar se esse diagnóstico teve alguma influência para que se tenha tornado uma verdadeira obsessão para a sociedade rio-grandense a atração de uma montadora para o Estado. Nem, tampouco, se foi positivo o custo-benefício da atração da GM. O que importa é que, afora o polo petroquímico, essa foi uma das poucas alterações que foi significativa na matriz industrial do Estado.

Como se sabe, o processo de globalização, o Plano Real e os períodos de apreciação cambial trouxeram enormes dificuldades para o parque industrial estadual. O caso da indústria calçadista é sempre o exemplo mais emblemático. Para se ter uma ideia da repercussão provocada pela crise desse segmento no RS, basta ver que a **Pesquisa Industrial Anual** do IBGE mostra que o mesmo respondia, no ano 2000, por, aproximadamente, 13% do Valor Bruto da Produção e por 30% do emprego industrial no Estado e que, em 2008, esses percentuais haviam caído para, respectivamente, 5,5% e 20%.

O leitor mais atento argumentará, com razão, que essa é uma indústria que se move, internacionalmente, em busca de salários mais baixos e de regiões com legislação menos rígida no que tange ao meio ambiente. É verdade. O problema, entretanto, é saber o que se põe no lugar desse segmento.

Uma consistente corrente de analistas entende, com base na Matriz de Insumo-Produto, que o esforço deva concentrar-se no adensamento das cadeias produtivas que sempre formataram a matriz produtiva, completando e modernizando os seus elos faltantes. De outro lado, situam-se aqueles que defendem a necessidade da implantação de segmentos com maior conteúdo tecnológico e menos dependentes da base agrícola. A seu favor, podem argumentar com o fato de que, com a entrada em operação da GM no ano 2000, a indústria automobilística, que representava 6,5% do VBP industrial do Estado e ocupava 4,6% da sua força de trabalho, passou a responder, em 2008, por 11% do VBP e por 7,3% do pessoal ocupado. Mas é claro que essa evidência está muito longe de oferecer alguma segurança para a formulação de uma política de apoio ao desenvolvimento do parque fabril do Rio Grande do Sul.

Na atualidade, a implantação da indústria naval em Rio Grande, o desenvolvimento de segmentos da microeletrônica e o preço das *commodities* parecem trazer uma brisa de otimismo para o Estado. Resta saber se o ambiente macroeconômico internacional, a crescente ameaça das economias asiáticas e a já prolongada dificuldade cambial darão fôlego para que se consolide um processo de crescimento sustentável para a indústria gaúcha.

Nesse sentido, o título deste texto, mais do que uma mera referência ao cineasta Godard, alude ao fato de que a possibilidade de responder a essas questões que envolvem a indústria gaúcha ultrapassa, em muito, as “duas ou três coisas que sei dela”.

**Rubens Soares de Lima**  
Economista, ex-Presidente da FEE

## Aspectos metodológicos da participação da economia gaúcha na economia brasileira

Nos últimos anos, principalmente a partir de 2004, temos verificado uma perda de participação da economia gaúcha na economia brasileira, mensurada pela ótica do Produto Interno Bruto (PIB). No período 1985-94, o PIB do Rio Grande do Sul representava, em média, 8,26% do PIB nacional, participação esta que decresceu para 6,58% em 2008. Essa queda pode ser atribuída a um conjunto amplo de fatores, dentre os quais poderíamos destacar a implantação do Plano Real em 1994, a valorização da taxa de câmbio e seu efeito nas exportações gaúchas e os efeitos das estiagens, que, com frequência, afetam as culturas agrícolas do Estado. Neste texto, entretanto, não pretendemos discutir as causas econômicas dessa perda de participação, mas, sim, examinarmos alguns aspectos metodológicos que estão relacionados a ela. Nesse sentido, vamos nos valer da série atualmente disponível para todas as unidades da Federação, abrangendo o período 1985-2008, elaborada pelas instituições estaduais de estatística sob a coordenação do setor de Contas Regionais do IBGE.

Ao longo de 2007, as instituições estaduais dispunham de uma série de dados, por setores de atividade, a preços correntes e constantes, abrangendo o período 1985-2004, sendo que os dados de 2005 seriam divulgados ao final do ano. Essa série, compatível com a das Contas Nacionais, tinha o ano-base em 1985, último ano para o qual era disponível um conjunto de censos econômicos. Os anos posteriores eram estimados, valendo-se de extrapolações setoriais a partir de uma combinação de índices de volume, índices de preço e/ou índices de valor.

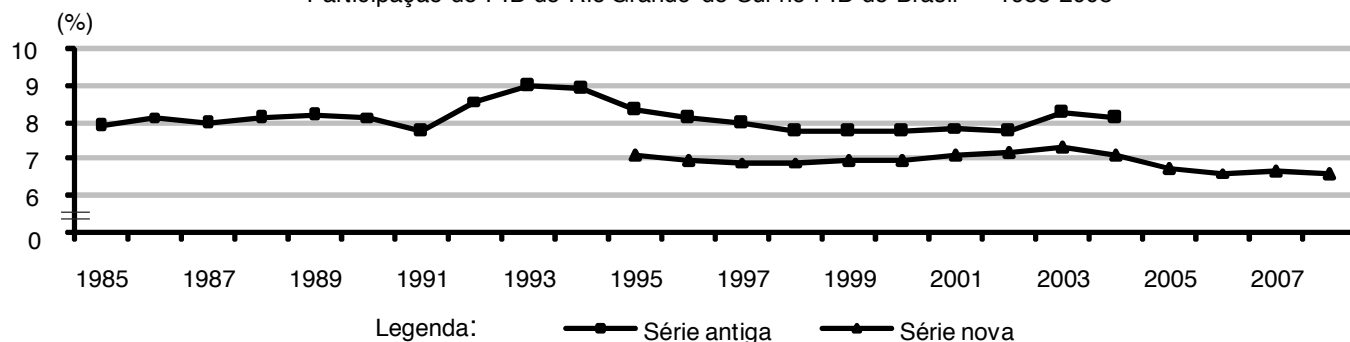
Em 2007, as instituições divulgaram uma nova série, abrangendo o período 2002-05, com o ano-base em 2002. Essa série

diferenciava-se da anterior, pois passava a utilizar várias pesquisas anuais disponibilizadas pelo IBGE para os diversos setores da economia. Considerando o período 2002-04 disponível na série antiga, o PIB estadual representava, em média, 8,03% da economia nacional. Já na nova, para o mesmo período, a taxa de participação reduz-se para 7,19%, ou seja, houve uma perda de 0,84 ponto percentual em relação à anterior, somente por conta da mudança metodológica.

Dispúnhamos, então, naquela ocasião, de uma série que se estendia de 1985 a 2001 (série antiga) e de outra que abrangia o período 2002-05 (série nova), sendo que, nessa nova série, o Estado perdia participação em relação à primeira, como vimos anteriormente. A seguir, em 2008, foi adicionado o ano de 2006, e, em 2009, foi acrescentado o ano de 2007. Adicionalmente, ainda em 2009, a nova série foi retropolada, abrangendo, então, o período 1995-2007. Comparando-se o período 1995-2001 nas duas séries, observamos que, na antiga, o PIB estadual representava, em média, 7,92% do nacional, enquanto, na nova, esse valor reduz-se para 6,98%, uma perda de 0,94 ponto percentual.

Vimos, então, que, tanto no período 1995-2001 quanto no período 2002-04, houve uma perda de participação na passagem da antiga série para a nova. Considerando o período como um todo das duas séries, 1995 a 2004, a taxa média de participação do PIB estadual reduziu-se de 7,95% para 7,04%, ou seja, uma perda média de 0,91 ponto percentual, por conta da mudança na metodologia de apuração do Produto Interno Bruto das diversas unidades da Federação.

Participação do PIB do Rio Grande do Sul no PIB do Brasil — 1985-2008



FONTE: FEE.

**Adalberto Alves Maia Neto**  
Economista, Técnico da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 30.06.11).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 500 exemplares.



**Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Adalberto Antonio Marquetti  
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer  
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

**Conselho Editorial da Carta:** André Luis Contri (Editor-chefe), André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso e Roberto da Silva Wiltgen.

**Núcleo de Dados:** Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

**Editoração:** Susana Kerschner e Maria Inácia Flôr Reinaldo (revisão), Cirei Pereira da Silveira e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

**Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre  
CEP 90010-283  
E-mail: conjuntura@fee.tche.br  
www.fee.rs.gov.br